

Desembargador Ricardo Cardoso,
presidente do TJ-RJ:

‘Foram os dois anos mais felizes da minha vida’



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



Ricardo Cardoso recebe o carinho de sua neta Maria Luíza

“Um sonho, um objetivo, uma missão”. Assim o desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo definiu o desafio de presidir o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no início do biênio 2023/2024. Passados dois anos, o Judiciário fluminense conquistou avanços importantes em diferentes áreas, como a tecnológica e de gestão; aproximou seu olhar – e ações – aos que da justiça precisam, reforçando seu compromisso com a sociedade; e chega ao quarto do século 21 renovado para enfrentar as inquietudes do futuro.

O sonho foi realizado, o objetivo atingido e a missão cumprida? “Foram os dois anos mais felizes da minha vida”, revela, sem deixar dúvidas sobre a satisfação de ter executado os muitos planos e projetos traçados para sua gestão à frente do Judiciário fluminense.

“Eu saio muito feliz da administração. Saio plenamente feliz e descansado. Falo descansado no sentido de que tenho plena consciência de que cumpro o meu dever. Tudo o que eu disse que ia fazer, eu não deixei nada sem fazer. Os desembargadores – nosso colégio eleitoral – podem ter a convicção de que eu cumpro e honrei o voto que me concederam. Não teve nada que eu tenha deixado”, diz.

E a disposição para o trabalho à frente do TJRJ segue até a hora de transferir a gestão. “Vou deixar o início da reforma do Órgão Especial em andamento, entre outras iniciativas. Não parei nada. Muda o maestro, mas a orquestra continua funcionando. É assim que estou vendo”, aposta, ciente de que o Tribunal fluminense precisa seguir avançando no caminho da modernidade para uma melhor prestação jurisdicional à sociedade. “E sendo cada vez mais inclusivo, atento aos mais frágeis e indo ao encontro das necessidades dos cidadãos”, completa.

Somente em 2024, o TJRJ beneficiou 130.728 pessoas com seus programas sociais e de acesso à justiça e cidadania.

Revolução tecnológica

Para fazer, como disse ao começar sua gestão, “uma justiça operosa, eficiente, moderna, inclusiva e responsável”, o desembargador Ricardo Cardoso desenvolveu projetos em diferentes eixos, como o institucional, o administrativo, tecnológico e o social. Na área tecnológica, por exemplo, se processa uma revolução, que vem colocando a Corte de Justiça do Rio entre as mais avançadas do país. A renovação incluiu

desde a troca de computadores aos investimentos em inteligência artificial que permitiram a criação de ferramentas como o sistema Assis – instrumento que auxilia a elaboração de decisões. Em outra ponta, convênio com universidade garantiu a aplicação de ferramenta de IA na mediação de litígios.

O Tribunal ganhou ainda um centro de informações de dados em tempo real, a Sala Íris, e o Laboratório de Inovação IdeaRio. E já está em curso a implantação do EPROC, sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais. “O Eproc se fortalece pela proposta de uma gestão compartilhada e que tem por características ser um sistema intuitivo, ágil, amigável, permitindo uma automação mais fluida, além de ser compartilhado com os demais tribunais e o CNJ”, destaca o desembargador.

Para o presidente do TJRJ, os avanços tecnológicos são muitos e irreversíveis diante de um futuro cada vez mais digital. “Hoje posso dizer que temos o Tribunal de Justiça mais avançado na área de tecnologia do país. Temos aqui no TJ uma renovação de todo o parque de tecnologia. São projetos que vão mudar o perfil do Judiciário, ferramentas tanto para o primeiro, como para o segundo grau. Começamos e a próxima administração vai consolidar isso”, completa, lembrando que mais do que uma mudança de estrutura, o Judiciário do Rio passa por uma mudança de cultura.

Justiça social

Não se entra no Tribunal de Justiça de bermudas. Mas e quem só tem uma bermuda como vestimenta? É com olhar diferenciado para essas pessoas que o Judiciário do Rio vem atuando, buscando levar cidadania e garantindo direitos fundamentais. Através da ampliação do Programa Justiça Itinerante, que ganhou mais ônibus e paradas de atendimento; da realização de mutirões de atendimento destinados à população de rua com o Conselho Nacional de Justiça, tribunais e órgãos parceiros; da criação do Centro de Atendimento Integrado a Pessoas em Situação de Rua (Cipop), situado ao lado da Central do Brasil e que reúne diversos serviços prestados por órgãos públicos das diferentes esferas e que busca garantir à população em situação de rua orientações, documentos e meios para facilitar a reinserção social deste grupo; e de ações voltadas exclusivamente para pessoas com deficiência, entre outros projetos, que o TJRJ vem atendendo uma parcela da população não raro invisível aos olhos da sociedade.

E convênios também seguem em andamento para permitir que moradores de diferentes municípios possam quitar suas dívidas de diferentes tributos e, assim, reestruturarem melhor seus orçamentos familiares.

‘Demos passo um grande pas-

so à frente. Tal qual uma empresa, o Tribunal tem que estar comprometido com a área social e de sustentabilidade também. Ainda antes de terminar a gestão quero assinar com a Prefeitura de Niterói uma parceria para levar à cidade o projeto do Cipop. E tem outros municípios interessados”, conta o desembargador.

Proteção aos mais frágeis

No último dia a 1ª Vara Especializada em Pessoas Idosas (VEPI), Fórum Central, no Centro do Rio. A vara, pioneira no Brasil, tem como foco principal dar atendimento aos idosos em situação de vulnerabilidade, como vítimas de maus-tratos, negligência familiar e até golpes financeiros. Dar um atendimento especial aos idosos sempre foi meta do desembargador Ricardo Cardoso.

“Estamos atentos ao envelhecimento da população e vimos a necessidade de projetar uma vara para o idoso, desvinculada das Varas de Infância e Juventude. Projetamos essa vara como modelo piloto para que possamos prestar um atendimento jurisdicional com maior cuidado e um olhar mais atento a uma população que cresce e que precisa ter seus direitos e cuidados respeitados”, afirmou o presidente do TJRJ.

Idosos numa frente, jovens e adolescentes em situação de risco e mulheres sob maus-tratos e ameaças de morte em outras. No último biênio, dezenas de jovens ingressaram nos programas sociais do Tribunal de Justiça, como o Jovens Mensageiros, Começar de Novo, Justiça pelos Jovens. A todos, o presidente sempre dedicou seu incentivo, destacando a oportunidade que estavam tendo para mudar suas vidas.

Já as ações contra a violência familiar e às mulheres encontram apoio e amplidão, incluindo o interior do estado, desde a primeira hora da gestão que se encerra. Mutirões como os da Semana da Justiça Pela Paz em Casa, que aceleram julgamentos, e emissão de medidas protetivas de imediato, se unem aos diferentes programas existem para fazer enfrentamento ao problema.

“Enfrentamos uma questão que exige atenção total, não só de minha gestão, como aconteceu, mas de todas as gestões que virão. Precisamos da união de todos os Poderes e forças nessa luta”, destaca o desembargador Ricardo Cardoso.

PINGA-FOGO

■ **MAIS SEGURANÇA** - O deputado estadual, Gustavo Tutuca, aproveitou o primeiro dia de volta à Alerj para colocar as cidades do interior do Estado em pauta. Ele apresentou duas indicações à Mesa Diretora pedindo ao governador Cláudio Castro a implantação do Programa Segurança Presente nas cidades de Pinheiral e Pirai, no Sul Fluminense. O programa é um modelo de abordagem por proximidade, promove ações de segurança pública mais acolhedor para moradores, comerciantes e turistas.

■ **ZUCCO MOSTRA A QUE VEIO NA OPOSIÇÃO** - Novo líder da oposição, o deputado Luciano Zucco (PL-RS) não perde tempo. Logo no primeiro dia de trabalho após a volta do recesso, ele apresentou dois requerimentos para fustigar o governo. O primeiro pede explicações à ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, sobre a intenção de contratação, sem licitação, dos serviços da multinacional Ambipar para a gestão de 1,4 mil quilômetros quadrados de terras indígenas, o equivalente a 1,4% do território brasileiro. O segundo pede a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os Correios. A empresa fechou o ano de 2024 com um rombo bilionário.

■ **JORNADA SEMANAL EM PAUTA** - Um debate em torno da PEC, que visa reduzir a jornada semanal de 44 para 36 horas, pondo fim à escala 6X1, tem data marcada: dia 10, na sede do Sindicato dos Comerciantes, Na Lapa, às 11 horas. Detalhe: O sindicato, presidido por Márcio Ayer, retine a maior categoria de trabalhadores do Rio, com 300 mil profissionais.

■ A intenção é definir os próximos rumos da mobilização em torno da cobrança pela PEC, neste retorno do ano legislativo. O evento é realizado em parceria com o Sindicato dos Comerciantes de Nova Iguaçu.

■ **PRESENCAS** - Entre os convidados estão as deputadas e deputados federais Jandira Feghali, Enfermeira Rejane, Benedita da Silva, Pastor Henrique Vieira, Glauber Braga, Chico Alencar, Reimont, Dimas Gadelha, Tarcísio Motta; as estaduais Dani Balbi e Lílian Behring; além dos vereadores Leonel de Esquerda, Luciana Novaes, Rick Azevedo, entre outros.

■ **MUDANÇA URGENTE** - O presidente do Sindicato dos Comerciantes, Márcio Ayer afirma que a mudança na jornada de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores é urgente.

■ **POLÍTICA DE CARA NOVA NAS FAVELAS** - O Movimento Comunitário Trabalhista do Estado do Rio dará posse aos membros, nesta sexta-feira (7). Já confirmaram presença a Secretária de Assistência Social, Martha Rocha, o vereador Wellington Dias e o presidente da Fundação Leonel Brizola, Léo Lupi. O Movimento Comunitário foi fundado pelo PDT. A finalidade é dar apoio às associações de moradores do Rio e às lideranças comunitárias de toda a cidade, recebendo demandas e levando propostas do partido para dialogar com a base.

■ **NOVO PRESIDENTE** - O novo presidente do Movimento será Wallace Ribeiro, moradores de Parada de Lucas. Também confirmaram presença no evento o presidente municipal do PDT-RJ, Augusto Ribeiro, o desembargador Siro Darlan e o presidente estadual do MCT-RJ, Nilton Santos.

Fernando Molica

A cruel infantilidade de Trump e dos seus eleitores

Além de cruéis, desumanos e injustificáveis, os gestos e as declarações de Donald Trump revelam um comportamento infantil, dele e da maioria dos eleitores norte-americanos. O presidente dos Estados Unidos comporta-se como uma criança mimada, que quer todos os brinquedos e não economiza em maldades como amarrar bombinhas no rabo de um gato.

As atitudes irresponsáveis de Trump mostram que ele se encaixa com perfeição na fase do desenvolvimento infantil que o psicólogo, pensador e biólogo suíço Jean Piaget (1896-1990) definiu como pré-operacional, típica de crianças dos dois aos sete anos de idade.

Algumas das características dessa etapa chegam a assustar quando pensamos no presidente da nação mais poderosa do planeta: egocentrismo, incapacidade de se colocar no lugar do outro, confusão entre realidade e

fantasia, dificuldade para separar o certo do errado.

Isso faz lembrar alguém, né? Melhor, lembra muitas pessoas, inclusive por aqui — é só pensarmos na incapacidade de Jair Bolsonaro de demonstrar empatia com as centenas de milhares de vítimas da pandemia da covid 19.

Apesar de toda sua fofura, crianças pequenas tendem a ser egoístas — aquela história de pegar o brinquedo do amiguinho e gritar “É meu!” — e cruéis. Costumam não ser solidárias com a dor alheia, tudo gira em torno de seus próprios interesses. Têm dificuldades para absorver valores que vêm com o crescimento e com o processo de educação. Trump, seus eleitores e admiradores parecem parados no tempo da infância.

Há nos Estados Unidos uma lógica que reforça a ideia do egocentrismo, do conceito excludente de América (como se não houvesse outros

países no continente), da simplificação do bem e do mal. Até hoje, costumam valorizar mais competições esportivas nacionais do que as envolvem outras nações — o importante é ser o campeão entre eles. A própria educação formal norte-americana privilegia o conhecimento do próprio país em detrimento da história de outros povos.

O estímulo à falta de empatia sempre favoreceu a atuação internacional dos Estados Unidos, justificou a invasão de outros países — os outros eram apenas inimigos que ameaçavam “a América”. Costumamos sentir menos a dor de pessoas nos são estranhas. Uma tragédia que acontece perto de nós ou em lugares que amamos dói mais que aquela que atinge povos distantes, desconhecidos.

O tema da ameaça externa, vinda de outras nações ou do espaço, é constante em Hollywood. Como em antigas histórias infantis, os outros

são apresentados como feios, sujos e malvados, têm pele não branca, são maus, cometem crimes, estão sempre de olho nas riquezas americanas.

Na pedagogia da dominação, é preciso temer o outro, estrangeiro ou extraterreno, o bicho-papão. Uma dicotomia que chegou ao ponto de escalar entre os “outros” os habitantes nativos da América do Norte. Os imigrantes e os palestinos são os outros da vez.

Um querido ex-professor de jornalismo, o Nilson Lage (1936-2021), costumava frisar como, nos tempos da Guerra Fria, criou-se nos Estados Unidos um repertório simbólico para caracterizar os soviéticos — e comunistas, por extensão — como bárbaros, não civilizados. Atacá-los seria assim uma forma necessária de defesa.

Ao anunciar que quer retirar os palestinos de Gaza para lá construir um complexo turístico, Trump supe-

rou a sua própria já conhecida insensatez. Pior, colocou-se num patamar semelhante ao de outra liderança que, não faz tanto tempo assim, gabava-se da suposta superioridade de sua raça, conduziu campanhas de difamação e, depois, de extermínio de povos que considerava inferiores, prejudiciais à humanidade.

Boa parte da opinião pública se deixou convencer que aquelas pessoas apontadas como inimigas eram inferiores, más, sujas, ameaçadoras, criminosas por uma espécie de defeito de nascença — eram seres humanos que mereciam ser banidos do planeta.

O mal foi banalizado e visto por muita gente como um bem. Judeus, em particular, conhecem muito bem essa história. Todos temos o dever moral e histórico de impedir que algo assim se repita. É preciso que adultos entrem na sala, o que está em jogo não é uma brincadeira de criança.